

# **(Des)Estímulos às** teorias, conceitos e práticas **da educação**

Américo Junior Nunes da Silva  
Valdemiro Carlos dos Santos Silva Filho  
(Organizadores)



# 2

**Atena**  
Editora  
Ano 2021

# **(Des)Estímulos às**

teorias, conceitos e práticas

# **da educação**

Américo Junior Nunes da Silva  
Valdemiro Carlos dos Santos Silva Filho  
(Organizadores)



# 2

**Atena**  
Editora  
Ano 2021

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes editoriais**

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

## (Des)Estímulos às teorias, conceitos e práticas da educação 2

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Mariane Aparecida Freitas  
**Indexação:** Gabriel Motomu Teshima  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadores:** Américo Junior Nunes da Silva  
Valdemiro Carlos dos Santos Silva Filho

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D452 (Des)Estímulos às teorias, conceitos e práticas da educação 2 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Valdemiro Carlos dos Santos Silva Filho. - Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-343-6

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.436210308>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Silva Filho, Valdemiro Carlos dos Santos (Organizador). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

## APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a (re) pensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro.

As discussões empreendidas neste livro, intitulado “**(Des)Estímulos às Teorias, Conceitos e Práticas da Educação**”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re)pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Na direção do apontado anteriormente, é que professoras e professores pesquisadores, de diferentes instituições e países, voltam e ampliam o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade. É um desafio, portanto, aceito por muitas e muitos que fazem parte dessa obra.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestras, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva  
Valdemiro Carlos dos Santos Silva Filho

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

#### **AUTORREGULAÇÃO DA APRENDIZAGEM: INVESTIGAÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA**

Aline Marcelino dos Santos Silva Baptista

Fermín Alfredo Tang Montané

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4362103081>

### **CAPÍTULO 2..... 18**

#### **PENSAMENTO COMPUTACIONAL E O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM INTERDISCIPLINAR NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Blenda Siqueira

Leandra dos Santos

Eliel Constantino da Silva

Sueli Liberatti Javaroni

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4362103082>

### **CAPÍTULO 3..... 29**

#### **SURDEZ, MOVIMENTOS SOCIAIS SURDOS E DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO SOBRE O DIREITO À INFORMAÇÃO**

Vanessa Cristina Alves

Simone Gardes Dombroski

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4362103083>

### **CAPÍTULO 4..... 44**

#### **AVALIAR E/OU CORRIGIR: O DESAFIO DA CONSTRUÇÃO DE UM REFERENCIAL PARA A AVALIAÇÃO DE PRODUÇÃO DE TEXTOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Higor Everson Araujo Pifano

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4362103084>

### **CAPÍTULO 5..... 56**

#### **REVISÃO DE LITERATURA: O USO DAS METODOLOGIAS ATIVAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL**

Cristiane Michele Alves de Oliveira

Priscila Nishizaki Borba

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4362103085>

### **CAPÍTULO 6..... 66**

#### **ESTUDO SOBRE GESTÃO E EAD EM TESES E DISSERTAÇÕES NO INTERVALO DE TEMPO DE 1991 A 2016**

Inajara de Salles Viana Neves

Juliana Cordeiro Soares Branco

Eliane Aparecida Guimarães

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4362103086>

**CAPÍTULO 7..... 76**

**A SUSPENSÃO DA EDUCAÇÃO CRÍTICA NO ESTADO DE EXCEÇÃO**

Ingride Cruz da Silva  
José Henrique Santos Reis

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4362103087>

**CAPÍTULO 8..... 84**

**DIDACTIC PROTOTYPE INNOVATION, TO ADDRESS THE TOPICS THAT CHEMISTRY (QUANTUM NUMBERS, ELECTRONIC CONFIGURATION, ENERGETIC DIAGRAM, DIFFERENTIAL ELECTRON, KERNEL METHOD, CHEMICAL BONDS AND PERIODIC TABLE OF CHEMICAL ELEMENTS)**

Juan Gabriel Adame Acosta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4362103088>

**CAPÍTULO 9..... 94**

**A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO PROFESSOR NESTE MOMENTO DE PANDEMIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PERTINENTES**

Solange Melo Gomes Macêdo  
Anilton Salles Garcia  
Eliana Bayerl Moreira Bahiense  
Gerliana Bastos Livramento  
Kêmeron Chagas dos Reis Almeida  
Isabella Oliveira Serafini

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4362103089>

**CAPÍTULO 10..... 102**

**REGISTROS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER**

Walkyria de Oliveira Rocha Teixeira  
Lenina Lopes Soares Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.43621030810>

**CAPÍTULO 11..... 110**

**O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS E PERSPECTIVAS CRÍTICAS**

Fernanda Cristina Zimmermann Dorne  
Sueli Ribeiro Comar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.43621030811>

**CAPÍTULO 12..... 122**

**PLANEJAMENTO COLETIVO: CONTRIBUIÇÕES DA FORMAÇÃO CONTINUADA NA PRÁTICA DOCENTE**

Fabiana Muniz Mello Félix  
Roseli Ferreira Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.43621030812>

**CAPÍTULO 13..... 134**

APLICATIVOS PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS COMO FERRAMENTAS MEDIADORAS DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Ulisses José Raminelli

Moacir Pereira de Souza Filho

Carla Melissa de Paulo Raminelli

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.43621030813>

**CAPÍTULO 14..... 145**

OS MEIOS DIGITAIS COMO ALIADOS NO DESENVOLVIMENTO SOCIOEMOCIONAL DOS ALUNOS DURANTE A PANDEMIA

Karina Aparecida Magalhães

Ducelene Pioli

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.43621030814>

**CAPÍTULO 15..... 149**

OS SABERES E OS CONHECIMENTOS DISCENTES PRESENTES NOS VARIADOS DISCURSOS EM MEIO À CRISE DE VALORES E ÀS MODERNAS MÍDIAS DIGITAIS: INSERÇÃO, LIBERDADE E ENVOLVIMENTO

Moacir dos Santos da Silva

Sérgio Arruda de Moura

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.43621030815>

**CAPÍTULO 16..... 163**

EXPOQUÍMICA INTERATIVA NO ANO INTERNACIONAL DA TABELA PERIÓDICA

Débora Melo Lopes

Vitória Cristina Pereira de Oliveira Silva

Richard Matheus Nascimento dos Santos

Monique Gabriella Angelo da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.43621030816>

**CAPÍTULO 17..... 173**

O CELULAR COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO DA GEOGRAFIA: UMA PERCEÇÃO DE DOCENTES DO ENSINO MÉDIO EM GRAJAÚ-MA

Luciene Coelho Gomes

José Luis dos Santos Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.43621030817>

**CAPÍTULO 18..... 180**

A PERCEÇÃO DE PROFESSORES E ALUNOS EM RELAÇÃO À LUDICIDADE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Naiane Pertuzzatti

Alessandra Dalla Rosa da Veiga

Bruna Rigon Gevinski

Maiara Cristina Baratieri

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.43621030818>

**CAPÍTULO 19..... 189**

**PROJETO INTERDISCIPLINAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Shery Duque Pinheiro  
Alessandra Rosária Barros Pinheiro  
Vanderson Sizino Menezes  
Sônia Isolina da Rocha  
Henrique Menandro  
Gunnar Sotero Ferreira Gomes  
Adilnita Nascimento de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.43621030819>

**CAPÍTULO 20..... 197**

**MODELO PEDAGÓGICO BASEADO EM PROJETOS: UM MVP NO ENSINO SUPERIOR TECNOLÓGICO**

Priscila Praxedes-Garcia  
Francisco Felinto-Silva Jr

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.43621030820>

**CAPÍTULO 21..... 205**

**COMPREENSÕES DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO E PROPOSTA DE ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM SOBRE CARACTERÍSTICAS DOS SERES VIVOS**

Milena Bagetti

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.43621030821>

**CAPÍTULO 22..... 210**

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE PSICOLOGIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE UMA OFICINA DE SEXUALIDADE E GÊNERO**

Caroline Matos Chaves da Silva  
Barbara Yumi Brandão Sakane  
Hemilly Rayanne Correa da Silva  
Jaqueline Batista de Oliveira Costa  
Julia Maria Schmalz Martins  
Maria Carolina Ferreira dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.43621030822>

**CAPÍTULO 23..... 220**

**MANIPULAÇÃO DE FEIXES DE ELÉTRONS: REVISITANDO O MRUV**

Telma Vinhas Cardoso

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.43621030823>

**CAPÍTULO 24..... 230**

**EMPREENDER APLICANDO A ECONOMIA CRIATIVA E A SUSTENTABILIDADE NO COMPONENTE GESTÃO DE PESSOAS**

Carine Cimarelli

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.43621030824>

<b>CAPÍTULO 25.....</b>	<b>237</b>
AFETIVIDADE NA EAD E SUAS POSSIBILIDADES NOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	
Sabrina Lopes de Lima Barbosa	
Arlene Pereira dos Santos Faria	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.43621030825">https://doi.org/10.22533/at.ed.43621030825</a>	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES .....</b>	<b>248</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>249</b>

# CAPÍTULO 11

## O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS E PERSPECTIVAS CRÍTICAS

Data de aceite: 27/07/2021

**Fernanda Cristina Zimmermann Dorne**

Mestranda em Educação pela Unioeste,  
campus de Francisco Beltrão

**Sueli Ribeiro Comar**

Professora Adjunta do CCH/Campus de  
Francisco Beltrão/Programa de Pós-graduação  
em Educação. Dra. em Educação pela  
Universidade Federal de Pelotas

**RESUMO:** O objetivo do presente artigo é o de analisar os aspectos históricos da avaliação em larga escala na política educacional brasileira, especialmente no que tange à evolução do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). De modo geral, busca-se mostrar a organização dessa política no contexto das duas últimas décadas e reconhecer a convergência das avaliações com o perfil de Estado avaliador e gerencial, insistindo na importância de consolidar outra cultura nas práticas avaliativas escolares. Como metodologia, optou-se pela revisão bibliográfica e como resultado, espera-se encontrar caminhos para mudar as políticas e práticas na forma de avaliar a qualidade da educação legadas das últimas décadas e atinentes ao perfil de mercado, com ênfase nos resultados e desconsiderando a educação como processo formativo humano.

**PALAVRAS-CHAVE:** Neoliberalismo, Avaliação em Larga Escala; Política Educacional

### BASIC EDUCATION EVALUATION SYSTEM: HISTORICAL CONSIDERATIONS AND CRITICAL PERSPECTIVES

**ABSTRACT:** The focus of this paper is the analysis about the historical aspects of the large scale evaluation in Brazilian educational politic, specially by the evolution of the National Basic Education Assessment System (SAEB). In general, we will show the organization of this politic in the context of the two last decades. Besides recognizing the convergence between the evaluations with the evaluator and management State, we insist about the importance of consolidating other culture in the evaluation methods at schools. As a methodology, we chose reviewing biographies. As result, we hope political and practical changes in the way how it's evaluated the quality of education, caption in the last decades to industry profile and emphasises on the results, with no consideration in the education as a human shape process.

**KEYWORDS:** Neoliberalism, Large scale evaluation; Educational Politic.

### INTRODUÇÃO

O ato de avaliar é essencialmente interpretativo. É aprendizagem, orientação,

Provocação, é permitir que o aluno aprenda mais e melhor todos os dias. (HOFFMANN, 2013)

Ainda que o tema avaliação em larga escala no Brasil, especificamente no que se

refere ao Sistema de Avaliação da Educação básica (SAEB), tenha ocupado lugar comum nas últimas décadas, neste estudo, insistimos no argumento de que tratar essa dimensão de ensino significa perceber que as políticas que lhe dão sustentação decorrem do paradigma da escola eficaz, que se consolida de modo significativo na América Latina após a década de 1990. As origens dessa perspectiva encontram respaldo na literatura internacional, que reforça a importância dos fatores centrais e associados para construir a escola ideal, cujos resultados se centram no aluno, independente das especificidades da escola.

Pautando-se nessa concepção de avaliação, os organismos internacionais orientam que os sistemas avaliativos dos países considerem como indispensáveis fatores como a liderança profissional, a visão e as metas compartilhadas pelos agentes educativos, o ambiente de aprendizagem, a concentração no processo ensino aprendizagem, as expectativas elevadas para os resultados, assim como, o reforço e a premiação das atitudes positivas, o que está diretamente associado ao monitoramento do progresso, à compreensão dos direitos e deveres dos alunos, à parceria família-escola e à autonomia da escola.

Considerando esse cenário, a discussão aqui proposta objetiva analisar os aspectos históricos da avaliação em larga escala na política educacional brasileira, especialmente no que tange à evolução do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). De modo geral, mostraremos a organização dessa política no contexto das duas últimas décadas, reconhecendo a convergência das avaliações com o perfil de Estado avaliador e gerencial. Cumpre esclarecer que insistimos no ponto relativo à importância de consolidar outra cultura nas práticas avaliativas das escolas, isso porque é preciso ampliar as perspectivas críticas em relação ao modelo padronizado das avaliações externas que foram estruturadas nos últimos vinte anos no país, cujos resultados ainda são nefastos quando analisados à luz da posição que o Brasil ocupa no cenário Mundial quando se trata de educação. Nossa tentativa, assim, é a de ampliar o debate, ainda que pareça esgotado quando analisado em face do cenário de naturalização da avaliação quantitativa em detrimento da qualitativa.

## **DESENVOLVIMENTO**

O cenário político e econômico brasileiro após 1990 se apresentava de modo precário, fato que favoreceu a abertura de novas orientações da política internacional, especialmente, no que tange às recomendações do Consenso de Washington (1989), que sinalizava a incapacidade do Estado na América Latina e apontavam para a necessidade de reformas que se centrassem na reorganização do Estado. Segundo Batista (1994) “seria necessário emagrecer o Estado para torná-lo mais eficiente”.

Seguindo essa mesma perspectiva, Figueiredo (1986) ressalta que tais políticas podem ser denominadas de compensatórias, já que têm o objetivo de administrar os conflitos em todos os setores do Estado, tais como, saúde, educação, segurança, meio ambiente

e assistência social. Não seria, sob essa linha de raciocínio, mais uma intervenção direta do Estado, mas sim, aproximações com as políticas neoliberais que, segundo Moraes (2003), constituem-se de um conjunto de políticas voltadas a amenizar a crise da sociedade capitalista.

No sentido de reforçar este conceito, Oliveira (2010, p. 10) sinaliza que o “neoliberalismo é uma expressão derivada de liberalismo, doutrina de política econômica dos séculos XVIII e XIX, cuja orientação básica era a não intervenção do Estado nas relações econômicas, garantindo total liberdade de grupos econômicos”. Contudo, convém ressaltar que o neoliberalismo, entendido como uma ideologia ou estratégia de superação da crise de ineficiência do Estado, não se limita apenas à economia, mas envolve também as políticas públicas.

Com o intuito de implantar as políticas neoliberais, além do Consenso de Washington, países subdesenvolvidos, participaram de uma agenda globalmente estruturada pelo Banco Mundial<sup>1</sup>, na qual, um dos compromissos assumidos foi deliberado pela Conferência Mundial de Educação para Todos, na Tailândia, que tinha como pauta “Definir Políticas para a Melhoria da Educação Básica”. Nas palavras da Unesco em documento publicado em 1990,

as estratégias específicas, orientadas concretamente para melhorar as condições de escolaridade, podem ter como foco: os educandos e seu processo de aprendizagem; o pessoal (educadores, administradores e outros); o currículo e a avaliação da aprendizagem; materiais didáticos e instalações. Estas estratégias devem ser aplicadas de maneira integrada; sua elaboração, gestão e avaliação devem levar em conta a aquisição de conhecimentos e capacidades para resolver problemas, assim como as dimensões sociais, culturais e éticas do desenvolvimento humano.

Nesse processo, o Brasil e outros países da América Latina assumiram o compromisso de efetuar estratégias de superação da crise pela via da educação, cuja busca por qualidade passou a compor as metas de todos os documentos da Unesco. Para isso estruturou-se um amplo sistema avaliação em larga escala – denominadas também como políticas de avaliação externa – convergentes com agenda global. Na prática, isso significou uma nova estrutura de avaliação, tanto em termos de leis quanto em políticas públicas.

O apoio financeiro do Banco Mundial foi fundamental para a consolidação da ideia de um sistema que mostrasse a realidade da qualidade educacional. Já no governo de Itamar Franco (1993), efetuou-se uma evolução do processo de avaliação, principalmente a partir da Conferência em Jomtien, na qual os países signatários se comprometeram com políticas de planos e metas. Conseqüentemente, elaborou-se o Plano Decenal de Educação para Todos (1993) com o propósito de qualificar a educação frente ao cenário internacional.

---

<sup>1</sup> Diagnostico elaborado por organismos internacionais, o Banco Mundial, instituição que é financiada por 176 países, que faz análises políticas e críticas de vários setores, entre eles, a educação. (GENTILLI,1998).

Para garantir este novo modelo de qualidade educacional, também foi buscado amparo na Constituição Federal de 1988 para dar sustentação ao conceito de qualidade, mais especificamente, no artigo 209, inciso II – “autorização e avaliação de qualidade pelo poder público”.

Quanto à materialização de um sistema de avaliação, as primeiras iniciativas se deram pelo SAEP, mas os ciclos evolutivos a partir das orientações internacionais ocorreram com o SAEB, que tinha como finalidade “aferir a aprendizagem dos alunos e o desempenho das escolas de primeiro grau e prover informações para avaliação e revisão de planos e programas de qualificação educacional”.

Pelos estudos feitos por Bonamino (2002, p. 19), entende-se que:

apresenta uma autonomia restrita em relação a transformações políticas e econômicas da sociedade brasileira dos anos 80 e 90, que faz com que a política de avaliação da educação básica tenda a reproduzir internamente relações de poder que se encontram objetivada socialmente.

A continuidade das avaliações do SAEB contou com a participação de intelectuais orgânicos em educação cuja tarefa era a de analisar o sistema educacional para obter o reconhecimento da sociedade. Nas palavras de Coelho (2008) essa avaliação “foi estruturada em três eixos de estudo: (1) rendimento do aluno; (2) perfil e prática docentes; (3) perfil dos diretores e formas de gestão escolar”.

Com a eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995, a educação passou a ter, além dos discursos, um olhar preponderante das reformas, o que culminou na criação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos – Enceja. (COELHO,2008).

Segundo Werle (2011), também nesse período, amparando-se nas orientações do Banco Mundial, o SAEB, por meio de empréstimos, reordenou a avaliação externa, centralizando-a na União e estabelecendo que os Estados tecessem seus mecanismos de avaliação. Com isso, o SAEB se concretizou como uma prova amostral aplicada a cada dois anos, realizada por alunos de escolas públicas e privadas em todo território brasileiro, especificamente, para o público alvo de alunos de 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio, priorizando duas disciplinas, Língua Portuguesa, nos eixos leitura e interpretação de textos, e Matemática, com foco em resolução de problemas, com a metodologia da Teoria da Resposta ao Item (TRI). Esse levantamento probabilístico ocorre no monitoramento e na evolução do desempenho da educação. (FRANCO; ALVES; BONAMINO, 2007)

Vale lembrar que a legislação maior elaborada em 1996, ou seja, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9394/96, amparou as avaliações externas, pois, neste período, as articulações com o Banco Mundial se encontravam em pleno vigor. No que se refere a consolidação do sistema nacional de avaliação, estabeleceu-se na referida Lei que:

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei. [...] § 3º Cada Município e, supletivamente, o Estado e a União, deverá: [...] IV - integrar todos os estabelecimentos de ensino fundamental do seu território ao sistema nacional de avaliação do rendimento escolar (BRASIL, 1996).

**Mais além, a Lei de Diretrizes e Bases delega à União as seguintes tarefas:**

**V** - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

**VI** - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino; (BRASIL, 1996).

Nessa mesma perspectiva, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), implantado em 1998, para o qual, segundo o site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, caberia a tarefa de agregar um recurso contábil para cada aluno com o objetivo de melhorar a infraestrutura das escolas, o transporte escolar, a distribuição de alimentos e de material escolar e livros didáticos<sup>2</sup>.

Outra iniciativa importante dentro das ações do SAEB foram as Matrizes de Referência, cujo objetivo visava e visa aperfeiçoar o controle de qualidade, notificando os envolvidos sobre o que será avaliado em cada disciplina e série e informando as “competências e habilidades”<sup>3</sup> esperadas dos alunos. Essas Matrizes de Referência, na ótica de Perrenoud, determinaram como competências “agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiando-se em conhecimentos, mas sem limitar a eles”. Ou seja, definiram as competências cognitivas que o aluno estabelece entre conceitos e situações. Segundo o referido documento, o conceito de habilidade se refere às ações em si, isto é, as ações determinadas pelas competências de forma concreta. Assim, o que o aluno sabe por meio de suas competências deverá pôr em prática na prova, seja numa interpretação de texto ou na soma de números requerida numa situação problema.

No final da década de 1990, o Brasil intensificou a deliberação de políticas educacionais como as DCN<sup>4</sup>, o PDE<sup>5</sup>, o PDDE<sup>6</sup>, o FUNDEF<sup>7</sup>, que tinham como intuito passar a responsabilidade da União para estados e municípios, deixando a execução à sociedade, que auxiliaria na supervisão e monitoramento desses projetos governamentais. Por essa ação, definia-se a União como aquela que assume um perfil de “Estado-Regulador” ou ainda “Estado-Avaliador”<sup>8</sup>.

2 Para mais informações acerca do assunto, DAVIES, Nicolas. FUNDEF: a redenção da educação básica ?. Campinas, SP: Autores Associados 2008.-(Coleção Polêmica do Nosso Tempo).

3 Para melhor entendimento GARCIA, Lenise Aparecida Martins Garcia. Competências e Habilidades: você sabe lidar com isso? Educação e Ciência On-line, Brasília: Universidade de Brasília. Disponível em: Acesso em: 28. junho. 2018.

4 Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

5 Plano Decenal de Educação.

6 Programa Dinheiro Direto na Escola

7 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

8 Freitas (2007), analisa que, o Estado Avaliador reflete na modernização da gestão administrativa, e, concomitante a

Corroborando esse papel, também na década de 1990, especificamente em 1998, surge uma nova avaliação externa, o Exame Nacional do Ensino Médio, ENEM, que visava avaliar como saiam os alunos dessa etapa de ensino rumo às Universidades.

Trata-se de uma prova individual, ofertada anualmente, que fornece informações das competências e habilidades dos alunos da mesma forma que o SAEB, pois dispõe de Matrizes de Referência que emergem de orientações externas e com a expectativa de melhorar a qualidade da educação.

Na evolução do SAEB, em 1999, foram introduzidas mais duas disciplinas: história e geografia, mas não foram consideradas nas próximas etapas.

Em meio às novas tentativas de verificar a qualidade da educação, as avaliações externas atingiram todos os níveis de ensino em todos os estados, pois no início da década de 1990 a avaliação em larga escala se limitava a apenas alguns estados e de forma descentralizada. Ao final dessa mesma década, tanto as leis, quanto as políticas públicas se voltaram a apontar a necessidade desse mecanismo avaliador para auxiliar nos compromissos assumidos com a OCDE:

Os organismos internacionais orientam que os sistemas avaliativos dos países considerem indispensáveis, fatores como: liderança profissional; visão e metas compartilhadas pelos agentes educativos; ambiente de aprendizagem; concentração no processo ensino aprendizagem; expectativas elevadas para os resultados; reforço e premiação das atitudes positivas; participação das famílias; monitoramento do progresso e comparações (COMAR, 2016, p. 136).

Este novo formato, entretanto, necessitaria do envolvimento de todos, o que somente se efetivaria com um discurso modernizador e democrático que evidenciassem as avaliações como atividades de potencial transformador.

Em convergência com as orientações internacionais, em 2001 foi estruturado o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) pela lei nº 10.172/2001, que teve duração de dez anos e propôs quase trezentas metas, cujos objetivos e prioridades enfatizavam a melhoria do ensino em todos os seus níveis. A meta 26 do referido documento, que dizia respeito ao Ensino Fundamental, enfatizava a necessidade de aperfeiçoar o Censo Escolar. De posse disso, o SAEB assumiu a incumbência de gerar um sistema de monitoramento por meio dos seus indicadores para acompanhamento escolar dos estados e municípios. Na mesma direção o PNE, reforça,

38. Consolidar e aperfeiçoar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica- SAEB e o censo escolar.[...] 39. Estabelecer, nos Estados, em cinco anos, com a colaboração técnica e financeira da União, um programa de avaliação de desempenho que atinja, pelo menos, todas as escolas de mais de 50 alunos do ensino fundamental e Médio(BRASIL, 2001,não paginado).

Na década de 2000, foram mantidas especificidades do SAEB, com a oferta de matrizes de referência vinculadas ao currículo de cada estado, bem como a metodologia por

---

participação ativa da sociedade na educação.

meio de questionários (THIMOTEO, 2003). Contudo, vale lembrar que no amplo contexto das modificações das avaliações em larga escala, em março de 2005, o SAEB passou a ser composto por duas avaliações externas: Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC) conhecida popularmente como Prova Brasil.

A ANEB passou a ser aplicada a cada dois anos nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, diferenciando-se dos ciclos anteriores pelo fato de, agora, ser aplicada aos alunos dos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e não mais aos do Ensino Médio. Além disso, passou a ser censitária, seus resultados passaram a ser calculados por escolas de áreas urbanas e rurais, desde que tenham matriculados mais de 20 alunos por turma. De acordo com Werle (2001) essa avaliação se configurou na ideia da universalidade e do benefício de exibir informações e apontam os resultados de cada município e suas respectivas escolas (WERLE,2011).

Pelas considerações de Esquinsani (2012), o cerne dessa prova, além de avaliar os processos de gestão e os estabelecimentos de ensino, colabora para que todos os níveis se desenvolvam por meio da régua avaliativa, estimulando a melhoria dos padrões de equidade da educação brasileira.

Com a reforma institucionalizada de 2006, elaborou-se a carta “Compromisso Todos pela Educação”, que impulsionou o PDE em 2007 com o objetivo de melhorar a qualidade da educação e operacionalizar as avaliações e criar o IDEB, que, segundo Werle (2011, p. 787)

O Ideb, elemento central do PDE, é calculado a partir dos resultados da Prova Brasil e do fluxo escolar indicado pelo censo educacional. O Ideb, não apenas situa o nível alcançado pela escola e pela respectiva rede de ensino, mas, no contexto do PDE e do Compromisso Todos Pela Educação, possibilita o exercício de prospecção de metas a serem alcançadas em direção à melhoria da qualidade de ensino, tendo em vista um nível considerado mínimo a ser atingido em 2021, o que converge com a perspectiva temporal do movimento Todos Pela Educação. Ora, a criação do Ideb só foi possível mediante as informações oferecidas pela Prova Brasil. Mas a articulação de dados oriundos do Censo e da Prova Brasil permitiram a construção de um indicador que se torna meta a ser obtida pelos sistemas de ensino.

Com o IDEB, um novo cenário se completa tanto por um instrumento avaliativo, como por um indicador de números sobre a educação e é por meio dele que ocorrem as divulgações que mobilizam ações para a melhoria da educação básica. (BRANDÃO; CHIRINÉA, 20015). Esse indicador representou uma grande mudança na forma como a educação passou a ser monitoradora no Brasil, a partir das metas estabelecidas a cada dois anos, pois veiculou a ideia de que assim, cada instituição educacional pudesse alcançar a meta proposta para que o IDEB chegue à média de 6,0 até 2022. Tal processo nivelaria o Brasil com os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Para dar continuidade à ênfase na avaliação do ponto de vista legal, em 2014, foi aprovado o Plano Nacional da Educação (PNE) -2014-2024, organizado a partir de vinte metas, com o discurso de educação de qualidade, bem como, de valorização dos índices, como se eles, isoladamente, dessem conta de verificar a aprendizagem dos alunos. Exemplo desse processo é a meta 7, que objetiva a “melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio”.

Entretanto, compreende-se que esse índice nem sempre revela a realidade da escola e de cada aluno em sua especificidade, pois desconsidera “outros aspectos igualmente importantes para a qualidade, como a cultura organizacional da escola, a prática docente, o nível socioeconômico e cultural das famílias, e o estilo de gestão e liderança” (BRANDÃO; CHIRINÉA, 20015, p 473). Sabe-se que, de fato, acontece em determinados municípios e estados de o aluno estar matriculado apenas para suprir suas necessidades físicas como, por exemplo, a tão aguardada hora do lanche. Logo, o índice de uma escola de “média seis” ultrapassa os muros escolares, pois envolve fato de as avaliações serem homogêneas, iguais para todos os alunos matriculados, mas com resultados que não podem ser equiparados uma vez que na escola, cada criança é um mundo inserido no mundo escolar.

Assim, a avaliação assumiu nas últimas décadas, um caráter meramente classificatório, seletivo e competitivo, o que coloca em *xequê* a formação humana pretendida pelos educadores no dia a dia, nas pequenas e grandes mudanças tanto das práticas como nas consciências dos alunos. Corroborando essa ideia, as considerações de Mészáros (2008, p. 45) refletem o impasse que a educação vivencia ao afirmar que “uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade “ou consenso” quanto for capaz, a partir e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados”.

Esse excerto permite perceber que ao longo dos anos foi legalizado o discurso do *rankeamento* como algo positivo, além da ideia de exigir das escolas um bom rendimento, culpabilizando docentes caso os alunos não atinjam altos resultados. Trata-se, entretanto, de uma falácia, pois as escolas não deveriam formar alunos apenas para o mercado de trabalho.

Para isso, essas forças políticas passaram a defender, primordialmente por meio da educação, a criação e consolidação de um novo cidadão trabalhador, que se enquadrasse na nova dinâmica política e ideológica produzida por eles. Defendiam, portanto, uma nova sociedade, a do conhecimento, que não passa de uma configuração defendida por organismos internacionais, como nova forma de intervenção social, mas na intenção de manter o seu domínio global. (SÉGALA, 2018, p. 16).

Ou seja, a matriz formativa das avaliações em larga escala prioriza o preparo para o trabalho em detrimento da formação humana. Há um visível investimento em capital

humano como condição para sujeitar a função social da educação aos planos do mercado, a exemplo da formação técnica, basilar das políticas atuais. Sob esse viés de pensamento, o conhecimento se torna sinônimo de desenvolvimento. Karl Marx já sinalizava que:

a utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome fazendo com que seu vendedor trabalhe. Desse modo, este último se torna actu [em ato] aquilo que antes ele era apenas potencia [em potência], a saber, força de trabalho em ação, trabalhador. Para incorporar seu trabalho em mercadorias, ele tem de incorporá-lo, antes de mais nada, em valores de uso, isto é, em coisas que sirvam à satisfação de necessidades de algum tipo. Assim, o que o capitalista faz o trabalhador produzir é um valor de uso particular, um artigo determinado. A produção de valores de uso ou de bens não sofre nenhuma alteração em sua natureza pelo fato de ocorrer para o capitalista e sob seu controle, razão pela qual devemos, de início, considerar o processo de trabalho independentemente de qualquer forma social determinada. (2013, p. 326).

Nessa perspectiva, o sistema capitalista reforça a necessidade de produzir mercadorias através do valor de troca e assim, o trabalhador assalariado vende a força do seu trabalho e produz lucratividade para a classe dos proprietários. As estratégias mais utilizadas como subordinação podem ser encontradas na economia e o mesmo modelo na educação. Enquanto no processo fabril, se dá pela exclusão social, mediante aos meios de comunicação que alertam veementemente os altos índices de desempregos, ou ainda, os crescentes empregos precários, os trabalhadores aceitam seus cargos sem as devidas condições, com receio de pertencer a exclusão social. Na educação o processo de exclusão crítica se dá pela fragmentação do currículo pois disciplinas que movimentam o sendo crítico, questionam verdades irrefutáveis não servem para posteriormente ser um “bom” operário (BOTTERO 2013).

Observamos que nesta forma o sistema capitalista desumaniza o indivíduo, pois não se trabalha com coletividade e sim individualismo, parte disso se dá pela falta da educação crítica que nela está inserida as riquezas pertencentes a toda população, mas, só algumas pessoas as detêm. Como afirma Gramsci, citado por Frigotto, em expressar o sentido que a educação possui e como pode modificar para além de uma pessoa “a consciência da criança não é algo individual é o reflexo da fração da sociedade civil da qual participa, das relações tais como elas se concentram na família, na vizinhança, na aldeia”( 1978, p. 131). Bottero (2013) explica que a educação precisa ser libertadora, em que as contradições são trabalhadas e não ocultadas. O papel das relações pedagógicas pois transcendem a sociedade no sentido que analisa e interpreta o cotidiano.

## CONCLUSÃO

Com a consolidação das ideias neoliberais em educação, as avaliações em larga escala trouxeram mudanças significativas na forma de avaliar a educação brasileira, em especial porque as políticas públicas foram alinhadas ao “Estado Avaliador” sob o argumento

de que essa seria uma das possibilidades para melhorar a qualidade de educação.

Com a realização da Prova Brasil, juntamente com o IDEB, as escolas passaram a refletir sobre esse teste com o olhar direcionado pela nota/média por ele divulgada. Esse *rankeamento* passou a ser personificado muito mais como classificatório do que como indiciador de qualidade e de instrumento para a formulação de novas políticas públicas na área da educação.

Cabe aqui, retomar a ideia norteadora desse estudo, de que a avaliação, por mais que a gênese da palavra remeta a ideia de valor, deve ser uma das possibilidades para melhorar ou averiguar as práticas pedagógicas, tanto as internas, quanto as externas e servir como um mecanismo de *feedback*, ajudando a melhorar o processo de aprendizagem.

Assim, como a sociedade passa por transformações, a escola também percorre um processo de mudança no qual deveria se garantir o multiculturalismo, culturalismo. Entretanto, como observado até aqui, a escola se tornou meio de legitimação dos interesses da classe dominante, que desconsidera o processo sócio-histórico dos conteúdos e busca apenas garantir os conteúdos e objetivos que justifiquem os operários do amanhã, ou seja, o capital humano.

Nosso trabalho como docente que busca pertencer a práxis libertadora é ao mesmo tempo utopia face a realidade: a educação universal, acessível a todos, de qualidade e não apenas de quantidade. A privatização da educação, é perigosa pois além de perder o senso crítico, a identidade cultural, a humanização o mais perverso do sistema capitalista: o acesso fica reduzido a uma pequena parcela da população, sendo esses pertencentes às classes dominantes (GUADILHA, 2003).

## REFERÊNCIAS

BATISTA, P.N. **O Consenso de Washington**. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Cadernos da dívida Externa, no. 6. São Paulo, PEDEX, 1994.

BONAMINO, A.; BESSA, N.; FRANCO, C. Avaliação da Educação Básica – pesquisa e gestão. Rio de Janeiro: Ed. PUC – Rio; São Paulo: Loyola, 2004. BONAMINO, Alícia C. **Tempos de avaliação educacional**: O SAEB, seus agentes, referências e tendências. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

BOTTERO, R. R. Educación y Pedagogía en el marco del neoliberalismo y la globalización. Rev. Perfiles Educativos. Uruguai, 2013, p. 149-166.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. Lei nº 13.005, de 25 de junho 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE** e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 18 de agosto de 2018.

\_\_\_\_\_. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Histórico do SAEB**. Brasília, 2015. Disponível em: . Acesso em: 12 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Histórico do SAEB**. Brasília, 2015. Disponível em: . Acesso em: 12 mai. 2018a.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRESSER, Pereira, Luiz Carlos (1997). **A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Barcelona, 1997.

COELHO, Maria Inês de Matos. **Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 16, n. 59, p. 229- 258, abr./jun. 2008.

COMAR, Sueli Ribeiro. Projeto principal de educação da América Latina e Caribe e projeto regional para educação: repercussões na política de avaliação em larga escala no Brasil. 2016. 186f. Tese de doutorado - Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Pelotas, 2016

CORREIA, Tânia Regina dos Santos Godoy. Os Reflexos do SAEB/Prova Brasil nas Práticas Pedagógicas de Língua Portuguesa nas escolas Municipais de Costa Rica/MS 2012. Campo Grande, 2012. 128 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Católica Dom Bosco. Acesso em: 03 jun. 2019.

ESQUINSANI. **Entre o caráter regulatório e o potencial emancipatório do sistema de avaliação da educação básica**. Revista de Educação - PUC - Campinas, Campinas. n. 25, p. 133-139, novembro 2008.

FIGUEIREDO, A. M. C.; FIGUEIREDO, M. F. **Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. Análise e Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p. 107-127, set./dez. 1986.

FRANCO, Creso; ALVES, Fatima; BONAMINO, Alicia. **Qualidade do Ensino Fundamental: política, suas possibilidades e seus limites**. Educação e Sociedade, Campinas: vol 28, n.100, out/2007.

FRANCO, Itamar A. C. **Mensagem Presidencial de 1993**. Dispõe sobre a atuação do governo federal no ano de 1992. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) Acesso em: 22 jun. 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. Caminhos da avaliação de sistemas educacionais no Brasil: o embate entre a cultura da auditoria e a cultura da avaliação. In: BAUER, Adriana; GATTI, Bernardete (Orgs.). **Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil: implicações nas redes de ensino, no currículo e na formação de professores**. Florianópolis: Insular, 2013, p. 120-147.

GENTILLI, G. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GUADILHA, C.G. Balance de la década de los '90 y reflexiones sobre las nuevas fuerzas de cambio en la educación superior. In: Las universidades em América Latina: ¿reformadas o alteradas? La cosmética del poder financeiro. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2003, p. 17-37

INEP. **Prova Brasil e Saeb**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: . Acesso em: 25 set. 2018.

MARX, Karl. O capital. Crítica a economia política. Livro 1. Boitempo, 2013.

MESZÁROS, I. **Educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, A. F. de. **Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática.** In: OLIVEIRA, Adão F. de; PIZZIO, Alex; FRANÇA, George. (Orgs.) *Fronteiras da educação: desigualdades, tecnologias e políticas.* Goiás: Editora da PUC Goiás, p. 93-99, 2010.

SÉGALA, Karen de Fátima, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, outubro de 2018. Aatuação do movimento “Todos Pela Educação” na educação básica brasileira: do empresariamento ao controle ideológico. Orientador: Cezar Luiz De Mari. Acesso em: 03 jun. 2019.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.: Jomtien, 1990. Acesso em: 15.03.2018.

WERLE, F.O.C - **Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino-** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 769-792, out./dez. 2011.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Adolescência 190, 210, 212, 213, 217, 218, 219

Afetividade 98, 145, 148, 237, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247

Análise de textos 44

Aplicativo móvel 134, 138

Aprendizado ativo 197

Aprendizagem baseada em projetos 197, 199, 202, 204

Atividade de aprendizagem 205, 206, 207, 208

Autorregulação da aprendizagem 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 14, 15, 16

Avaliação 1, 2, 4, 5, 28, 44, 46, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 70, 74, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 125, 127, 130, 131, 132, 133, 138, 143, 154, 164, 172, 174, 195, 196, 200, 202, 204, 205, 206, 209, 220, 241

Avaliação em larga escala 46, 110, 111, 112, 115, 120, 121

### C

Celular 62, 97, 128, 142, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 205, 207, 208

Cidadania 29, 35, 36, 39, 40, 41, 42, 50, 65, 77, 82, 103, 146, 151, 154, 192, 196

Competências 4, 5, 15, 17, 45, 48, 49, 103, 113, 114, 115, 145, 146, 147, 148, 164, 189, 190, 191, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236

*Configuración electrónica* 84, 87, 89, 91, 92

Conhecimentos 1, 2, 4, 21, 27, 39, 45, 48, 50, 51, 52, 54, 57, 58, 59, 60, 112, 114, 129, 136, 146, 149, 150, 151, 152, 154, 159, 160, 161, 163, 164, 181, 189, 193, 195, 198, 199, 205, 208, 211, 214, 221, 222, 223, 227, 235, 239, 246

Constituição 33, 36, 38, 39, 41, 75, 76, 77, 80, 82, 113, 212, 217, 219, 240

Conteúdos biológicos 205, 206, 209

Coronavírus 94, 95, 99, 100, 145, 146, 148

Correção 44, 46, 48, 51, 52, 53, 79, 177, 223

### D

*Diagrama energético* 84, 87, 88, 91, 92

Diálogo 21, 24, 25, 26, 47, 102, 122, 124, 126, 128, 130, 131, 132, 152, 161, 179, 211, 214, 216, 218, 219

Direitos humanos 29, 30, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 78, 79, 80, 81, 231

### E

Economia criativa 230, 231, 232, 233, 235, 236

Educação 2, 16, 17, 23, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 54, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 132, 133, 135, 136, 137, 143, 146, 147, 148, 149, 152, 153, 154, 157, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 170, 171, 172, 174, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 187, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 200, 204, 205, 206, 210, 211, 212, 217, 218, 219, 220, 229, 230, 231, 232, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 246, 247, 248

*Educação à distância* 95

Educação de surdos 29, 30, 31, 32, 43

Educação física 79, 180, 181, 182, 183, 184, 187, 192, 194

Educação profissional 102, 104, 106, 107, 108, 109, 230, 231

EJA 128, 189, 190, 191, 195, 196

*Electrón diferencial* 84, 87, 88, 90, 91, 92

Empreendedorismo 230, 231, 232, 235

Ensino 1, 3, 5, 6, 11, 15, 16, 18, 19, 20, 24, 27, 28, 29, 31, 38, 39, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 95, 97, 99, 100, 101, 105, 107, 108, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 142, 143, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 157, 158, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 185, 186, 187, 190, 191, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 210, 211, 212, 213, 220, 221, 222, 223, 228, 231, 234, 237, 238, 239, 240, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248

Ensino de física 134, 137

Ensino de matemática 18

Ensino híbrido 63, 220, 222, 223, 242

Ensino remoto 95, 97, 100, 145, 146, 147

Ensino superior 16, 39, 45, 52, 66, 72, 74, 75, 161, 185, 197, 198, 201, 204, 205, 238, 239, 246, 248

Estado 28, 36, 44, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 95, 98, 104, 105, 110, 111, 112, 114, 115, 118, 120, 122, 133, 134, 137, 163, 198, 248

Estudantes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 11, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 57, 61, 63, 80, 95, 96, 103, 122, 124, 126, 138, 142, 143, 164, 165, 174, 175, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 191, 195, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 213, 214, 240, 243, 244, 245

Expoquímica 163, 164, 165, 166, 171

## F

Formação de professores 1, 3, 15, 28, 75, 120, 210, 211, 213, 217, 248

Formação docente 3, 71, 109, 122, 123, 124, 127, 131, 132, 133, 171, 210, 238

## G

Gênero 51, 158, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 231

Geografia 21, 22, 79, 115, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 192, 194, 195

*Gestão* 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 112, 113, 114, 116, 117, 119, 127, 197, 200, 201, 202, 203, 204, 230, 232, 233, 234

## K

Kits de robótica 18, 28

## L

Ludicidade 163, 165, 176, 180, 181, 182, 185, 186, 187, 248

## M

Metodologia 6, 20, 37, 46, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 64, 68, 102, 104, 110, 113, 115, 122, 127, 130, 134, 137, 138, 143, 149, 150, 177, 181, 183, 197, 199, 202, 223, 231, 237, 243

Metodologias ativas 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 164, 165, 171, 197, 204, 220, 222, 229, 232, 243, 246

Microscopia eletrônica 220, 223, 224, 227

Mídias digitais 149, 152, 153, 156, 161

Movimentos sociais surdos 29, 33, 40

Movimento uniformemente variado 220, 224, 227

## N

Neoliberalismo 78, 81, 110, 112, 119, 120

*Números cuánticos* 84, 87, 88, 90, 91, 92

## P

Pandemia 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 143, 145, 146, 147

Planejamento didático 205

Planejar 12, 15, 16, 69, 122, 123, 125, 126, 127, 129, 131, 156, 186

Pluralidade 76, 189, 190, 192, 196, 217

Política educacional 66, 104, 109, 110, 111

Políticas públicas 75, 80, 97, 102, 105, 109, 112, 115, 118, 119, 121, 147, 210, 211

Práticas pedagógicas 28, 46, 58, 59, 60, 119, 120, 124, 133, 165, 170, 190, 197, 202

Processo de ensino-aprendizagem 48, 56, 59, 65, 147, 173, 175, 176, 187, 190, 240

Produção escrita 44, 46, 47

Professor 1, 3, 5, 12, 14, 23, 24, 27, 31, 34, 44, 45, 46, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 62, 79, 81, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 106, 122, 124, 125, 126, 128, 129, 131, 132, 133, 137, 142, 143, 146, 149, 156, 158, 165, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 191, 192, 193, 196, 198, 199, 205, 208, 213, 220, 222, 223, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 245, 246, 248

Programação 1, 2, 3, 5, 6, 8, 11, 12, 14, 15, 17, 19, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 36, 42, 142

*Prototipo didático* 84, 85, 87, 93

Psicologia 2, 16, 79, 143, 148, 188, 210, 211, 213, 217, 218, 219, 242

## **R**

Rotação por estações 220, 223, 224

## **S**

Saberes discentes 149

Seres vivos 205, 206, 207, 208

Sexualidade 210, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219

Sustentabilidade 171, 201, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236

## **T**

Tabela periódica 163, 164, 165, 166, 167, 171, 172

Tecnologia 16, 20, 23, 27, 28, 35, 58, 60, 61, 62, 70, 78, 94, 97, 102, 104, 134, 137, 143, 145, 147, 151, 152, 156, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 197, 198, 200, 203, 204, 220, 222, 224, 237, 238, 239, 241, 242, 245, 246, 247

Tecnologia da informação e comunicação (TIC) 173

Tecnologia digital da informação e comunicação 134

Tecnologias digitais 18, 23, 27, 28, 62, 68, 134, 135, 136, 137, 142, 179, 220

Trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 11, 12, 15, 23, 27, 30, 33, 36, 37, 38, 49, 50, 52, 53, 54, 61, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 81, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 106, 107, 108, 109, 117, 118, 119, 122, 123, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 134, 135, 137, 138, 140, 143, 146, 151, 153, 158, 159, 160, 161, 164, 173, 174, 178, 181, 185, 189, 192, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 204, 207, 210, 218, 222, 223, 225, 228, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 243, 244, 245

## **V**

Valores 26, 34, 35, 50, 81, 88, 89, 118, 136, 138, 146, 149, 150, 151, 152, 153, 156, 158, 159, 160, 161, 182, 212, 226, 233, 239

# (Des)Estímulos às

teorias, conceitos e práticas

# da educação

# 2



[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

Atena  
Editora

Ano 2021

# (Des)Estímulos às

teorias, conceitos e práticas

# da educação

# 2



[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

Atena  
Editora

Ano 2021